



CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E TOPOGRÁFICAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Taiane Regina Pereira Cabral¹
Carmen Amorim-Gaudêncio²
Josemberg Moura de Andrade³
Cinthya Rebecca Santos Melo⁴
Andrea Coutinho Sarmento⁵

Resumo: O objetivo deste estudo é discutir sobre alguns dos principais aspectos do contexto da violência contra a mulher, como os tipos de agressão, quem são os perpetradores e as regiões do Brasil com o maior número de denúncias. A partir de um levantamento bibliográfico, no site de busca de artigos científicos LILACS, utilizando como descritor o termo “violência contra a mulher” foram encontrados 142 trabalhos, dos quais 81 referiam-se ao tema no contexto brasileiro. A maior parte dos artigos aponta que os perpetradores da violência contra a mulher são seus companheiros, ex-companheiros ou pessoas próximas. Os tipos mais relatados de violência foram física, sexual e, em último lugar, a psicológica. Dados da Central de Atendimento à Mulher, do ano 2011, apontam a região sudeste com o maior número de denúncias (23.906).

Palavras-chave: violência de gênero, central de denúncias, saúde pública

Durante séculos, a mulher foi considerada como um ser inferior ao homem, voltada apenas às tarefas do lar, educação dos filhos e cuidado com o marido. As brigas existentes entre os casais, por muito tempo, eram consideradas eventos privados, não podendo outras pessoas interferirem nas discussões ou agressões entre os cônjuges. Neste panorama, a violência contra mulheres no Brasil é vista como uma questão histórica e cultural que reflete as relações de poder entre os gêneros, tendo como alvo principal mulheres jovens em idade reprodutiva, mas estendida até a meia idade.

Atualmente, a violência contra a mulher é colocada como uma questão social, pois além de acarretar danos graves à saúde e exercício da cidadania da mulher, afeta também o desenvolvimento sócio-econômico do país (Narvaz & Koller, 2006). A forma mais comum de violência de gênero é a perpetrada por pessoas com as quais a mulher se

¹ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- Brasil. E-mail: rpctaiane@gmail.com

² Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- Brasil. E-mail: camorimg@yahoo.com.br

³ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- Brasil. E-mail: josemberg.andrade@gmail.com

⁴ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- Brasil. E-mail: cinthyarebecca@gmail.com

⁵ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- Brasil. E-mail: sarmento.ac@hotmail.com

relaciona ou já se relacionou (Schraiber, D'Oliveira, França-Junior, Diniz, Portella, Ludermir, Valença & Couto, 2007). Muitas vezes a violência é considerada como um fenômeno cultural, sendo aceita pela sociedade como uma forma de “educação” dada pelo chefe da família às suas filhas e esposa (Garcia, Ribeiro, Jorge, Pereira & Resende, 2008).

No contexto brasileiro, segundo Grossi (1994), um dos primeiros movimentos em prol da erradicação da violência de gênero ocorreu na década de 1970, com o slogan “Quem ama não mata”, episódio em que feministas protestaram nas ruas contra os assassinatos de mulheres, cometido, na maioria das vezes, por maridos, companheiros e/ou namorados.

Segundo esse mesmo autor, a partir de então, feministas cariocas criaram a Comissão de Violência contra a Mulher, contribuindo para o surgimento de instituições voltadas ao atendimento de mulheres agredidas, pois, naquela época, partia-se do pressuposto de que o assassinato era a última escala da violência conjugal, sendo uma das primeiras a violência física, como o espancamento (Grossi, 1994).

Na década de 1980, foram criados o Centro de Defesa do Direito da Mulher, em Belo Horizonte, e o SOS Mulher, em São Paulo e Porto Alegre, passando pouco tempo em funcionamento. Porém, em 1985, foi aberta a primeira Delegacia da Mulher, com a disponibilidade de serviços jurídico, psicológico e social. Pesquisadoras sobre o tema de violência de gênero daquela época observaram, a partir de estudos de casos, que boa parte das vítimas que denunciavam seus companheiros na delegacia não queriam divorciar-se dos agressores, sendo esta instituição apenas um local de apoio e proteção nos períodos entre as agressões (Grossi, 1994).

A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, é considerada como um grande marco na história das relações de gênero no Brasil. Esta lei tem como objetivo coibir os atos de violência perpetrados contra a mulher, abarcando diversos tipos de violência, como: violência física, entendida como qualquer conduta que provoque danos a integridade ou saúde corporal; psicológica, considerada como ações que cause dano emocional, como constrangimento, humilhação ou manipulação; sexual, definida como condutas que constraña a presenciar ou manter relações sexuais sem que a mulher o deseje; patrimonial, entendida como ações que configure como retenção, subtração de bens ou recursos econômicos; e, por fim, moral, definida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Segundo pesquisa realizada por Garcia et al (2008), a partir de casos de atendimento de mulheres vítimas de violência no Hospital de Clínicas de Uberlândia da Universidade Federal de Uberlândia, laudos de perícias realizados no Posto Médico Legal da cidade e fichas de atendimento no SOS Ação Mulher Família, observaram que a maioria dos casos de violência relatados consistia de agressões físicas e psicológicas.

No que se refere às regiões do Brasil, um estudo de Schraiber et al (2007), através de entrevistas com mulheres da cidade de São Paulo (SP) e da Zona da Mata de Pernambuco (PE) mostrou que na segunda, os casos de violência foram relativamente maiores do que as da primeira.

Na maioria das vezes, a violência contra a mulher é perpetrada por parceiros íntimos, definida como violência conjugal. Ravazzola (1997, 1999) afirma que este tipo de violência ocorre por parte do parceiro afetivo e/ou sexual, que pode se dar tanto em espaço físico, como privado. Deslandes, Gomes e Silva (2000) relataram em seu estudo que em cerca de 80% dos casos as agressões foram praticadas no interior da residência.

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo é discutir alguns dos principais aspectos do contexto da violência contra a mulher, como os tipos de agressão, quem são os perpetradores e as regiões do Brasil com o maior número de denúncias.

MÉTODO

Com o objetivo de avaliar as características demográficas e topográficas dos estudos existentes acerca da violência contra a mulher, buscaram-se artigos científicos sobre o tema. A partir da base de dados de artigos científicos LILACS, foram contabilizados as obras públicas entre os anos de 2001 a 2011, utilizando como descritor o termo “violência contra a mulher”. Optou-se por essa base devido ao grande número de artigos sobre violência de gênero em revistas de saúde, tema na qual este site de busca é especializado. Foram encontrados 142 trabalhos, dos quais 81 referiam-se ao tema no contexto brasileiro

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 142 trabalhos encontrados, 35% (50) deles eram em língua espanhola, 1% (2) em língua inglesa e 63% (90) em português. Dentre eles, 81 (57%) fizeram referência à violência de gênero no contexto brasileiro. Os anos com maior número de publicações foram 2008, com 31 trabalhos, 2009 com 26 e 2006 com 23. Os resultados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1. Idiomas de publicação e anos com maior número de trabalhos publicados no período de 2000 a 2011.

Variável	Frequência	Percentual (%)
Idioma de Publicação		
Inglês	02	01
Espanhol	50	35
Português	90	63
Anos com maior número de publicações		
2008	31	21,8
2009	26	18,3
2006	23	16,2

Outro resultado apontado diz respeito ao tempo entre a primeira agressão e a denúncia. Galvão e Andrade (2004), em uma análise de atendimentos de casos de violência contra a mulher em um Centro de Atendimento no Paraná (PR), identificaram que 33% das mulheres atendidas haviam sofrido agressão por um período de até 1 ano e que aproximadamente 20,4% sofriam há mais de 10 anos. Estudos mostraram que a decisão de denunciar é muitas vezes abortada diante da falta de perspectivas para um novo recomeço, de condições econômicas e psicológicas, do apoio familiar e social e das promessas de não agressão por parte dos companheiros (Galvão & Andrade, 2004; Leôncio, Baldo, João & Biffi, 2008). Verifica-se que serviços de apoio à mulheres agredidas, como o Disque 180, vem contribuindo com o aumento no número de denúncias, diminuindo assim os casos de omissão.

A proximidade com o agressor também é um fator que deve ser considerado na desistência à prestação de queixas, tanto em decorrência do medo de represálias como pela falta de informação ou da existência de casas de abrigo que recebam essas mulheres (Bedone & Faúndes, 2007; Leôncio et al., 2008). Esses dados demonstram um processo conhecido como naturalização da violência, que refletem os padrões de uma sociedade machista, bem como as relações de poder entre o casal e os papéis de submissão e obediência, assumidos pelas mulheres, que acabam se submetendo por longos períodos a esse tipo de violência.

Segundo a Central de Atendimento a Mulher no ano de 2011 (Disque 180) 59,51% das vítimas atendidas não era dependente financeiramente do agressor. Esse índice leva à reflexão da importância de políticas públicas que não apenas priorizem a autonomia financeira, mas também a psicológica e social das mulheres que precisam

conviver com o sentimento de vergonha e humilhação por ter sido agredida por aqueles que deveriam protegê-las. Dados semelhantes podem ser encontrados no estudo de Miranda, de Paula e Bordin (2010), os quais encontraram que 51,1% das mulheres da amostra possuíam trabalho remunerado.

Os dados das denúncias de violência por região, segundo Relatório da Central de Atendimento a Mulher, referentes ao ano de 2011 podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2. Dados de atendimentos à denúncias por Estado Federativo no ano de 2011 e tipos de violência

Regiões do país	Tipo de violência			Total de denúncias por região
	Física	Psicológica	Sexual	
Norte	1786	1108	27	2921
Nordeste	6506	1989	173	8668
Centro-oeste*	2927	1042	58	4027
Sul	2600	1155	61	3816
Sudeste	13738	6505	246	20489

*Todos os Estados mais o Distrito Federal

Como pode ser observado na Tabela 2, a região Sudeste lidera o número de denúncias em todos os tipos de violência, principalmente no que diz respeito às agressões físicas. Por outro lado, a região Norte apresentou os menores números de casos denunciados de violência física e sexual. Para a avaliação destes resultados deve-se levar em consideração o tamanho da região e de sua população, presença de serviços especializados no atendimento de mulheres agredidas, como Delegacias, Centro da Mulher e Juizado de Violência Doméstica e Familiar.

Na Tabela 3, são apresentados o número e percentual de tipos de violência e principais agressores segundo denúncias recebidas na Central de Atendimento a Mulher, no ano de 2011. Também são apresentadas as idades das vítimas.

Tabela 3. Número e porcentagem dos tipos de violência, principais agressores e idade das mulheres agredidas

Característica	Frequência	%
Tipos de violência		
Física	45.953	61,28
Psicológica	17.987	23,99
Moral	8.176	10,90
Sexual	1.298	1,73

Vínculo com o agressor	
Companheiros ou cônjuges	72,23
Ex – maridos	11,82
Filho/irmão ou pai	6,42
Ex-namorados	4,47
Outros	5,05
Idade das vítimas (anos)	
Até 20	6,7
20 a 29	31,19
30 a 39	32,08
40 a 49	17,88
50 a 59	8,64

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Como pode ser observado, do total de denúncias (667.116) no Brasil no referido ano, 61% (45.953) foram sobre relatos de violência física, 24% (17.987) foram referentes à violência psicológica, 11% (8.176) a violência moral e 2% (1.298) a violência sexual. Os dados confirmam as informações encontradas por Garcia et al (2008) numa pesquisa realizada a partir de atendimentos no Hospital de Clínicas de Uberlândia da Universidade Federal de Uberlândia, no Posto Médico Legal da cidade e no SOS Ação Mulher Família, a partir da qual observaram que a maioria dos casos de violência relatados era de agressões físicas e psicológicas. Esses dados reforçam a necessidade de psicólogos nos locais de atendimento a mulher vitimizada em trabalho conjunto com outros profissionais.

Dos artigos selecionados, a maior parte apontou que os perpetradores da violência contra a mulher foram seus companheiros, ex-companheiros ou pessoas próximas, o que corrobora com os dados da Central de Atendimento a Mulher (tabela 3) e com Schraiber et al. (2007), os quais afirmam que a forma mais comum de violência de gênero é aquela praticada por pessoas com as quais a mulher se relaciona ou já se relacionou.

Em 72% dos casos, os agressores foram os companheiros ou cônjuges das vítimas, em 11,8% ex-maridos, 6,42% foram cometidos por filho (a), irmão(a) ou pai e 4,5% por ex-namorados (tabela 3). Esses resultados corroboram que o espaço doméstico é o que apresenta maior risco para o maior acometimento deste tipo de violência, como apresentado em outros estudos analisados (Garcia et al., 2008; Leôncio et al., 2008; Melo, Silva & Caldas, 2009).

Os tipos mais relatados de violência foram física, como agressões e lesões; sexual, que se baseia na penetração forçada, por obrigação marital ou por medo; e a psicológica, categorizada por humilhações, ameaças e depreciações. Um dos estudos encontrados, realizado na Delegacia de Defesa da Mulher em Ribeirão Preto (SP), identificou por meio das análises de boletins de ocorrência, que o motivo mais utilizado como desencadeante da agressão foi a recusa da separação conjugal por parte dos companheiros, com 199 (44,62%), seguida de outros motivos como bebidas/drogas, com 89 (19,96%) e ciúmes, com 64 (14,35%) (Leôncio et al., 2008). Resultados semelhantes podem ser encontrados em outros estudos (Costa, Zucatti & Dell'aglio, 2011; Melo et al., 2009; Rabello & Caldas Junior, 2007; Vieira, Pordeus, Ferreira, Moreira, Maia & Savioli, 2008).

Com relação às mulheres atendidas, observou-se que a maioria delas (32,08%) possuía entre 30 a 39 anos, 31,19% possuía de 20 a 29 anos e 17,88% de 40 a 49 anos, períodos economicamente produtivo e biologicamente reprodutivos. Dados semelhantes são encontrados no estudo de Miranda et al (2010), realizado em uma comunidade no estado de São Paulo com mulheres vítimas de violência conjugal física. No referido estudo, 43,1% da amostra correspondeu a mulheres de 30 a 39 anos, 32,4% a mulheres de 20 a 29 anos e 23,1% a mulheres de 40 a 49 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi realizar um levantamento bibliográfico de artigos científicos que tinha como tema a violência contra a mulher. Avaliou-se as principais características demográficas e topográficas deste fenômeno, como idade, tipo de relação com o agressor, regiões do Brasil com maiores índices, os tipos de violência de maior ocorrência, entre outros.

Ressalta-se que este estudo possui limitação no sentido de ter sido utilizado apenas uma base de dados (LILACS). Não obstante, podemos considerá-lo relevante, pois esta base engloba um número considerável de revistas voltadas à literatura do âmbito da saúde, na qual grande parte dos artigos, sobre violência de gênero, está inserida, como *Cadernos de Saúde Pública*, *Revista de Saúde Pública* e *Revista Psiquiatria Clínica*.

Observou-se uma tendência em pesquisas acerca das características das vítimas, deixando, na maioria dos casos, o estudo do perfil dos agressores em segundo plano. Sugere-se, no entanto, o desenvolvimento de pesquisas e terapias voltadas aos

perpetradores da violência doméstica, tendo em vista a necessidade da elaboração das características psicológicas e sociais destes agressores. A partir disso, podem-se desenvolver políticas públicas que visem a erradicação deste tipo de violência, como palestras e psicoterapia com os perpetradores. Questões como relações de gênero, mudança de comportamento agressivo e treinamento de assertividade podem ajudar a diminuir boa parte dos episódios de violência.

Desde a sanção da Lei Maria da Penha, observa-se uma considerável mudança no que se refere às práticas judiciais e psicológicas voltadas aos envolvidos na violência. Porém, como bem questiona Pasinato (2010), para implementação efetiva desta lei ainda é necessária a resolução de problemas e obstáculos. Tendo em vista que esta lei é dividida em três eixos de intervenção (punição da violência, medidas de proteção da integridade física e dos direitos da mulher e, por fim, das medidas de prevenção e educação), questiona-se, principalmente, se esta última está sendo colocada em prática. Projetos de conscientização sobre as relações de gênero, sexismo e violência voltadas à crianças e adolescentes se faz de grande importância para a diminuição de casos deste tipo de violência.

REFERÊNCIAS

- Bedone, A. J. & Faúndes, A. (2007). Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(2), 465-469.
- Costa, L. M. G., Zucatti, A. P. N & Dell'aglio, D. D. (2011). Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia da mulher. *Estudos de Psicologia*, 28(2), 219-227.
- Deslandes, S.F, Gomes R & Silva C.M.F.P. (2000). Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*; 16, 129-37.
- Galvão, E. F. & Andrade, S. M. (2004). Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em um município do sul do Brasil. *Saúde e Sociedade*, 13(2), 89-99.
- Garcia, M. V., Ribeiro, L. A., Jorge, M. T., Pereira, G. R. & Resende, A. P. (2008). Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 24(11), 2551-2563.
- Grossi, M.P. (1994). Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 1, 462-472.

- Leôncio, K. L., Baldo, P. L., João, V. M. & Biffi R. G. (2008). O perfil de mulheres vitimizadas e seus agressores. *Rev. Enferm*, 16(3), 307-312.
- Melo, Z. M de., Silva, D. M. & Caldas, M. T. (2009). Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 14(1), 111-119.
- Miranda, M. P. M., de Paula, C. S. & Bordin, I. A. (2010). Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Rev Panam Salud Publica*; 27(4), 300–8.
- Narvaz, M.G & Koller, S.H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 7-13.
- Pasinato, W. (2010). Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? *Civitas*, 10(2), 216-232.
- Rabello, P. M. & Caldas Junior, A. de F. (2007). Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. *Rev. Saúde Pública*, 41(6), 970-978.
- Ravazzola, M. C. (1997). Violencia familiar: El abuso relacional como un ataque a los derechos humanos. *Sistemas Familiares*, 23, 29-42.
- Ravazzola, M. C. (1999). *Historias infames: Los maltratosen las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Schraiber, L.B., D'Oliveira, A.F.P.L., França-Junior, I., Diniz, S., Portela, A.P, Ludermir, A.B. ... Couto, M.T. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41(5), 797-807.
- Secretaria de políticas para as mulheres. *Dados da Central de atendimento à mulher*. (Relatório 2011 por unidade federativa). Recuperado em 29 de maio de 2011, de http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/02/distrito-federal-e-lider-em-ligacoes-para-o-180.
- Secretaria nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. (2011). *Dados da Central de atendimento à mulher*. (Relatório anual). Distrito Federal. Recuperado em 29 de maio de 2011, de http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/07-fevereiro-relatorio-180.
- Vieira, L. J E. de S., Pordeus, A. M. J., Ferreira, R. C., Moreira, D. P., Maia, P. B. & Saviolli, K. C. (2008). Fatores de risco para a violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. *Saúde Soc*, 17(13), 113-125.